



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA NICACIO

**SUJEITOS INFORMACIONAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS JURÍDICAS**

GOIÂNIA  
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): **PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA NICACIO**

Título do trabalho: **“SUJEITOS INFORMACIONAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS JURÍDICAS”**

### 2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [ X ] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

#### Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Erinaldo Dias Valerio, Usuário Externo**, em 24/04/2025, às 20:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Pereira Da Silva Nicácio, Discente**, em 28/04/2025, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5331431** e o código CRC **4E281CD9**.

---

PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA NICACIO

**SUJEITOS INFORMACIONAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS JURÍDICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (FIC-UFG), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia na modalidade EaD.

Orientador(a): Prof. Dr. Erinaldo Dias Valério.

GOIANIA  
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Nicacio, Patrícia Pereira da Silva  
Sujeitos informacionais em bibliotecas universitárias jurídicas / Patrícia  
Pereira da Silva Nicacio. - 2025.  
32 f.

Orientador: Prof. Dr. Erinaldo Dias Valério.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Biblioteconomia,  
Goiânia, 2025.

Inclui gráficos, tabelas.

1. sujeitos informacionais. 2. bibliotecas universitárias jurídicas; 3.  
informação jurídica. 4. estudo de usuários. I. Valério, Erinaldo Dias, orient. II.  
Título.


CDU 02

## ATA DA SESSÃO DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 8 dias de abril de 2025, a partir das 19h30, via sala do Google Meet, foi realizada a sessão de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso da discente **PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA NICACIO** com o título “**SUJEITOS INFORMACIONAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS JURÍDICAS**”, orientado pelo professor **ERINALDO DIAS VALÉRIO**.


A Banca Examinadora foi composta pelo professor: **ERINALDO DIAS VALÉRIO** - ORIENTADOR, **AVALIADOR 1 - ANDRÉ LUIZ AVELINO DA SILVA** e **AVALIADORA 2 - ÍSIS TRINDADE DA SILVA CUNHA**.

Às 20h15, a Banca Examinadora passou a julgamento, tendo a discente sido **APROVADA**.

Documento assinado digitalmente  
 **ERINALDO DIAS VALERIO**  
Data: 13/04/2025 18:05:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Docente Orientador  
**Presidente da Banca Avaliadora**

Documento assinado digitalmente  
 **ANDRE LUIZ AVELINO DA SILVA**  
Data: 13/04/2025 20:03:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**AVALIADOR 1**  
**Convidado**

Documento assinado digitalmente  
 **ISIS TRINDADE DA SILVA CUNHA**  
Data: 14/04/2025 14:29:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**AVALIADORA 2**  
**Convidada**

# SUJEITOS INFORMACIONAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS JURÍDICAS<sup>1</sup>

Patrícia Pereira da Silva Nicacio<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo analisa o perfil dos sujeitos informacionais em bibliotecas universitárias jurídicas, com foco nas preferências e necessidades dos usuários que frequentam essas bibliotecas. A pesquisa visa compreender as características dos sujeitos informacionais, além de identificar suas preferências ao acessar informações jurídicas. A metodologia utilizada foi quantitativa e descritiva, com a aplicação de um questionário estruturado para coletar dados sobre perfil sociodemográfico, tipo e formato de materiais, finalidade de uso, bem como a satisfação com os recursos disponíveis nas bibliotecas. Os dados coletados revelaram que os sujeitos informacionais ainda preferem materiais impressos, como livros, embora também utilizem fontes digitais para acessar conteúdos como legislação e jurisprudência. A principal finalidade de uso da biblioteca é acadêmica, com a maioria dos respondentes buscando recursos para aprofundamento teórico e realização de trabalhos acadêmicos. Os resultados indicam que grande parte dos usuários está satisfeita com os recursos disponíveis, entretanto há espaço para melhorias, principalmente no que se refere à atualização do acervo.

**Palavras-chave:** sujeitos informacionais; bibliotecas universitárias jurídicas; informação jurídica; estudo de usuários.

## ABSTRACT

*This article analyzes the profile of information subjects in university law libraries, focusing on the preferences and needs of users who frequent these libraries. The research aims to understand the characteristics of information subjects, in addition to identifying their preferences when accessing legal information. The methodology used was quantitative and descriptive, with the application of a structured questionnaire to collect data on sociodemographic profile, type and format of materials, purpose of use, as well as satisfaction with the resources available in the libraries. The data collected revealed that information subjects still prefer printed materials, such as books, although they also use digital sources to access content such as legislation and case law. The main purpose of using the library is academic, with most respondents seeking resources for theoretical deepening and carrying out academic work. The results indicate that most users are satisfied with the available resources, however there is room for improvement, especially with regard to updating the collection.*

*Keywords: informational subjects; university law libraries; legal information; user studies.*

## 1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas jurídicas desempenham papel fundamental como local de acesso ao conhecimento, além de estimular a aprendizagem e a pesquisa no campo do Direito, por meio

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, orientado pelo Prof. Dr. Erinaldo Dias Valério, como requisito parcial para conclusão do curso.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás. UFG. E-mail: da\_patricia@discente.ufg.br

do acesso a vastos acervos de informações especializadas. As bibliotecas especializadas na área jurídica estão presentes em diversas instituições, como Tribunais, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Tribunais de Contas, Casas Legislativas e Instituições de Ensino Superior.

Apesar da diversidade de instituições que abrigam bibliotecas jurídicas, existem desafios peculiares para o desenvolvimento de coleções na área jurídica, principalmente no ambiente universitário. Destacam-se, dentre os desafios, a velocidade das alterações legislativas e da jurisprudência como principais dificuldades para a manutenção de uma coleção atualizada e relevante, ainda mais em cenário com orçamento restrito e público diversificado.

Com a constante evolução das tecnologias de informação e o surgimento de novos métodos de acesso ao conhecimento, torna-se essencial entender o perfil e as preferências dos sujeitos informacionais de bibliotecas de instituições de ensino superior, públicas e privadas, que ofertam curso de graduação em Direito. Para tanto, a realização de pesquisa de sujeitos informacionais de bibliotecas universitárias jurídicas é fundamental para aprimorar os serviços prestados, ajustar o acervo às demandas reais e desenvolver estratégias de atendimento mais eficazes.

Há centenas de artigos que tratam do estudo de usuários, entretanto, quando se consideram apenas usuários de informação jurídica, há poucos trabalhos publicados. Diante dessa carência de estudos específicos, percebe-se que há uma lacuna no conhecimento sobre quem são os sujeitos informacionais de bibliotecas universitárias que ofertam acervos da ciência jurídica, quais são suas principais necessidades e como eles preferem acessar as informações.

Esse desconhecimento impacta diretamente na eficácia dos serviços oferecidos, uma vez que a adequação das coleções, dos recursos tecnológicos e do atendimento às demandas específicas dos sujeitos informacionais torna-se limitada. Assim, com o intuito de conhecer os sujeitos informacionais de bibliotecas universitárias jurídicas e preencher lacuna no entendimento das motivações e barreiras enfrentadas por esses sujeitos, essa pesquisa busca responder a seguinte questão: qual é o perfil dos sujeitos informacionais de bibliotecas universitárias jurídicas e quais são suas preferências em relação ao acesso e uso de informações jurídicas?

Assim, tem-se como objetivo geral da pesquisa identificar o perfil dos sujeitos informacionais de bibliotecas universitárias jurídicas, considerando características sociais e acadêmicas. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se:

- a) identificar preferências dos sujeitos informacionais quanto: ao tipo de conteúdo, ao tipo de material, à forma e à finalidade.
- b) analisar as preferências dos sujeitos informacionais quanto: ao tipo de conteúdo, ao tipo de material, à forma e à finalidade.

No que se refere ao contexto da pesquisa, percebe-se que as bibliotecas universitárias jurídicas são fundamentais para apoiar a pesquisa e a aprendizagem dos usuários, além de desempenharem o papel de centro de estudos para estudantes e profissionais. Assim, existe a necessidade de compreender e abordar os desafios complexos e em constante evolução enfrentados por essas bibliotecas – como a rapidez das mudanças na legislação e na jurisprudência – que, além de centros de disponibilização de material atualizado, incentivam o desenvolvimento de rotina de estudos e pesquisa.

Nesse sentido, a pesquisa justifica-se pela necessidade de estudo do perfil e das preferências dos sujeitos informacionais de bibliotecas universitárias jurídicas, visto que o acesso à informação jurídica está cada vez mais digitalizado e automatizado. No entanto, a transição entre o físico e o digital deve ser cuidadosamente analisada para garantir que as bibliotecas continuem atendendo de maneira eficaz às demandas de seus sujeitos informacionais.

Por fim, destaca-se que a pesquisa pode contribuir para a biblioteconomia ao fornecer dados capazes de influenciar decisões acerca de políticas de aquisição, desenvolvimento de acervo e melhoria no atendimento. Ademais, este estudo pode servir de base para futuros trabalhos que busquem adaptar os serviços bibliotecários às necessidades de um público cada vez mais heterogêneo e conectado, consolidando a importância das bibliotecas universitárias jurídicas como fonte confiável e acessível de informação especializada.

## 2 METODOLOGIA

Inicialmente, destaca-se que a pesquisa adotou como método de coleta de dados questionário, sem a identificação dos respondentes. Por tal motivo, conforme dispõe a Resolução 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, não há necessidade de submissão ao Conselho de Ética de Pesquisa, visto que os participantes não foram identificados.

Primeiramente, realizou-se a revisão da literatura relevante sobre as melhores práticas no desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas e sobre estudos de usuários da informação jurídica. Em seguida, houve a busca de artigos relevantes por meio da busca na Base de dados da Ciência da Informação (BRAPCI), a coleta dos dados ocorreu na primeira quinzena do mês de dezembro de 2024. A escolha da BRAPCI deve-se ao fato de ser uma base de dados dedicada à Ciência da Informação, que reúne mais de 57 mil artigos de diversas revistas, oriundas de vários países.

A busca foi realizada a partir dos termos “estudo de usuários” e “informação jurídica”, utilizando o operador booleano “,”. Nas opções de filtro, manteve-se a configuração padrão: “todos os campos”, no campo “coleções” foram selecionadas “Revistas Brasileiras” e “Revistas Estrangeiras”, quanto ao período de publicação optou-se por 2000 a 2024.

Com o termo “estudo de usuários”, obteve-se 388 resultados, desse total quatro artigos tinham como palavras-chave o termo “jurídico” ou “Direito”, palavras adotadas como critério de inclusão dos artigos no referencial teórico desta pesquisa. Encontraram-se, também, dois artigos sobre bibliotecas universitárias, que foram escolhidos para leitura e utilização como referência bibliográfica, além de três artigos que abordam sobre os métodos para realização de estudo de usuários.

Em seguida, buscou-se pelo termo “informação jurídica”, que teve 72 resultados, após a leitura dos resumos, foram selecionados cinco artigos, o critério de seleção baseou-se na abordagem sobre estudo de usuários, quatro já haviam aparecido na busca pelo termo “estudos de usuários”, um apareceu apenas nesta segunda busca.

Por fim, buscou-se pela combinação dos termos “estudo de usuários” e “informação jurídica”, utilizando o operador booleano “E”, obteve-se cinco artigos, os quais já haviam sido selecionados com base nas buscas anteriores. Assim, a partir dessas três buscas, foram selecionados dez artigos para embasar esta pesquisa.

**Quadro 1 - Artigos selecionados**

Autores		Ano	Título
1	Galvão e Cunha	2007	Estudos de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados
2	Pinho e Barbosa	2011	Os usuários da informação jurídica
3	Campos, Silva e Pinto	2015	A satisfação de usuários da informação jurídica: estudo na biblioteca da OAB/SC
4	Gusmão et al.	2017	Biblioteca Universitária do Futuro: percepção dos usuários da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais
5	Rodrigues e Cardoso	2017	O campo de estudos de usuários na ciência da informação brasileira: uma revisão sistemática da literatura
6	Geraldo e Pinto	2019	Estudo de usuários de informação jurídica: bibliotecário e critérios de qualidade da informação
7	Silva	2019	Estudo de usuários da biblioteca Professor Lydio Bandeira de Mello, da faculdade de Direito, da UFMG: parte quantitativa
8	Miranda e Ângelo	2020	Satisfação de usuários da informação jurídica: estudo na biblioteca da escola da Magistratura do Rio Grande do Norte
9	Miranda, Ângelo e Gallotti	2021	Programa Biblioteca Jurídica da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte
10	Pinheiro e Dias	2023	Técnicas e métodos de pesquisa de experiência do Usuário (UX) para avaliação de estudo de usuários da informação

Fonte: elaborado pela autora

A partir das buscas descritas, percebe-se que há poucos trabalhos que focam nos estudos de usuários da informação jurídica. Diante disso, pretende-se investigar esse tema, por meio da aplicação de questionário estruturado, para identificar padrões de comportamento e preferências dos estudantes de graduação em Direito em relação ao uso da informação jurídica.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa classifica-se como descritiva e exploratória, com abordagem quantitativa. Quanto ao método de coleta de dados, foi utilizado questionário estruturado, com perguntas fechadas e uma pergunta aberta, cujo intuito é coletar informações sobre o perfil dos usuários, como idade, frequência de uso da biblioteca e preferências de formatos de acesso à informação, físico ou digital.

O questionário foi disponibilizado de forma online via *Google Forms*, o link para resposta foi encaminhado para grupos de *WhatsApp* de estudantes de graduação do curso de Direito de três faculdades privadas e uma faculdade pública, localizadas na cidade de Goiânia, no estado de Goiás. A divulgação do questionário contou como a colaboração de um professor de Direito, que compartilhou o link em um grupo de alunos de uma faculdade pública e em outro grupo de alunos de uma faculdade privada. A escolha do *WhatsApp* deve-se à facilidade

de atingir várias pessoas, sem ter a necessidade de informações prévias, como o e-mail de possíveis respondentes.

Para garantir a validade e a confiabilidade da pesquisa, o questionário foi testado previamente com um pequeno grupo de usuários, a fim de identificar possíveis ajustes antes da coleta definitiva. O questionário ficou aberto para resposta no período de 05/02/2025 a 10/03/2025. Após aplicação do questionário, foi realizada análise das respostas obtidas. A análise teve como objetivo identificar padrões e preferências dominantes entre os usuários.

### **3 INFORMAÇÃO JURÍDICA**

A informação jurídica é relevante para a promoção da cidadania, visto que permite que as pessoas fiquem cientes de seus direitos, além de possibilitar que profissionais do Direito – advogados (as), doutrinadores (as), juízes (as), promotores (as) – produzam conhecimentos, realizem análises e tomem decisões capazes de regular a vida em sociedade.

A informação jurídica é composta pelo tripé: legislação, doutrina e jurisprudência. Legislação é o conjunto normativo que regula a convivência social. Entende-se como doutrina o conjunto de princípios expostos nas obras de Direito, em que os autores elaboram teorias ou realizam interpretações sobre a Ciência Jurídica. Por fim, de acordo com Pinho e Barbosa (2011), a jurisprudência pode ser conceituada como conjunto de decisões judiciais ou sentenças proferidas pela Justiça, trata-se de sentenças de primeiro grau, acórdãos e súmulas.

A extensa quantidade de fontes de informação jurídicas disponíveis, em diferentes suportes, demanda a elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções robusta. Segundo Miranda (2017), uma política de desenvolvimento de coleções jurídicas deve suprir as necessidades informacionais dos usuários por meio da correta execução das atividades de seleção, aquisição e avaliação de materiais.

Consoante Miranda (2017) e Silva (2019), as bibliotecas jurídicas possuem aspectos bem peculiares no gerenciamento de suas atividades, sendo o caráter dinâmico da informação jurídica o que mais afeta a rotina. Essa dinamicidade da informação jurídica, aliada ao grande volume de informações disponíveis, devem ser o foco da política de desenvolvimento de coleções, cujo objetivo deve ser disponibilizar informações significativas – oportunas, exatas e relevantes – ao usuário, capazes de apoiar decisões nos processos judiciais em curso, assim como a realização de pesquisas e estudos.

Considerando as especificidades de uma biblioteca jurídica, o processo de desenvolvimento de coleções deve considerar, primeiramente, o perfil dos usuários, com o fito de conhecer as necessidades informacionais que serão atendidas. Após esse diagnóstico, inicia-se a construção da política de desenvolvimento de coleção, que consiste, de acordo com Miranda (2017), em criar procedimentos para seleção, aquisição, avaliação e desbastamento do acervo.

Destaca-se que a política de desenvolvimento de coleções tem o objetivo de “propor balizas em relação à escolha do material a ser incorporado ao acervo e subsidiar a administração dos recursos informacionais” (Miranda, 2017, p. 7). Trata-se, portanto, de estabelecer parâmetros, com critérios sólidos, capazes de subsidiar os processos de desenvolvimento de coleções em um cenário de informações dinâmicas e dispersas.

Nesse contexto, o desenvolvimento do acervo deve atender aos objetivos da instituição em que a biblioteca está inserida. O crescimento do acervo deve ser ordenado, alinhado às necessidades dos usuários e considerando o tripé da informação jurídica – doutrina, legislação ou jurisprudência. Esse alinhamento pode ser definido sob a ótica da qualidade, que consiste em enquadrar o acervo aos requisitos que atendam as expectativas e necessidades do usuário.

Nesse sentido, Geraldo e Pinto (2019) ressaltam que entre as atividades disponibilizadas nas unidades de informação jurídica, o serviço de referência e mediação da informação é o mais relevante nessas instituições.

Segundo Miranda, Gallotti e Miranda (2016), para oferecer um serviço de qualidade, o (a) bibliotecário (a) jurídico (a) deve se atentar para uma das etapas mais importantes da política de desenvolvimento de coleções: o processo de seleção. É nessa fase em que são estabelecidos os critérios capazes de garantir a qualidade e o ajustamento às necessidades dos usuários.

Miranda, Gallotti e Miranda (2016) e Geraldo e Pinto (2019) concordam que os atributos da informação de qualidade são: relevante, confiável, atual, acessível, precisa, oportuna e ajustada às demandas e expectativas dos usuários. Dessa forma, o conceito de qualidade está inter-relacionado à utilidade da informação e pode ser mensurado pela forma como os usuários consomem a informação disponível no acervo, nos diversos tipos de suporte.

No tocante aos tipos de suporte, impresso e digital, de acordo com Oliveira (2020), o usuário de bibliotecas jurídicas ainda utiliza o livro impresso. Na verdade, a autora destaca o uso de livros em suporte digital para consulta e busca de referências e a leitura de doutrina em livros impressos. Esse hábito dos usuários revela a necessidade de coexistência de mídias e, até mesmo, a necessidade de duplicidade de conteúdo para satisfação das preferências dos usuários.

Oliveira (2020) ressalta que as etapas de seleção e aquisição do acervo jurídico são as mais desafiadoras e orienta os (as) bibliotecários (as) a escolher a obra mais atual possível, considerando publicações especializadas e completas. Quanto à aquisição, a autora enfatiza a relevância de contratar bases de dados, como forma de garantir o acesso a publicações atualizadas e de diversas fontes.

No âmbito do acervo jurídico, com a coexistência de conteúdos impressos e digitais, a biblioteca virtual adquire papel de destaque, visto que permite a disponibilização rápida e ininterrupta de informações.

Consoante Rezende e Machado (2000), biblioteca virtual consiste em acessar recursos informacionais disponíveis em sistemas de base computadorizada, por meio de redes. Para que uma biblioteca virtual atinja seu objetivo de prestar serviço orientado ao usuário, sua configuração deve visar a eficiência e a qualidade, visando otimizar a busca e os resultados obtidos pelo usuário.

Assim, o segredo para o sucesso de uma biblioteca virtual é facilitar a recuperação da informação. Trata-se de aumentar a rapidez de acesso a materiais, selecionando os materiais mais relevantes para o usuário dentre o acervo disponível, para minimizar as visitas físicas à biblioteca.

Rezende e Machado (2000) destaca novas funções do (da) bibliotecário (a) para desenvolvimento de coleções jurídicas, principalmente para bibliotecas virtuais:

- gerenciar a busca e acesso a fontes de informação relevantes;
- prever a interação entre fontes e usuários;
- estudar aspectos comerciais, legais, culturais e profissionais de acesso a estas informações;
- estabelecer parcerias com fornecedores e autores, além de verificar a procedência, seleção, disponibilização e confiabilidade da informação;

- personalizar a informação, trata-se de analisar e sintetizar a informação, para que o usuário tenha acesso à informação refinada e condensada;
- manter listagens de novos sites e bases disponíveis em rede.

#### **4 ESTUDOS DE USUÁRIOS**

As pessoas bibliotecárias, além de conhecer sobre informação jurídica, precisam conhecer os (as) usuários (as) desse tipo de informação para obter êxito no desenvolvimento de coleções jurídicas. Nesse sentido, existe uma ferramenta importante que possibilita a obtenção de informações sobre usuários ou sujeitos informacionais, são os estudos de usuários.

Consoante, Miranda e Ângelo (2020), o estudo de usuários procura compreender, analisar e avaliar as comunidades que utilizam a informação em um determinado sistema.

Os estudos de usuários surgiram como uma subárea importante da Ciência da Informação, eram inicialmente voltados para a análise das interações entre usuários e bibliotecas. De acordo com Tanus, Berti e Rocha (2022), nos primeiros trabalhos, desenvolvidos na década de 1930, as pesquisas focavam nos hábitos de leitura e na utilização das bibliotecas, visando entender como as comunidades faziam uso desses espaços e como isso influenciava o comportamento informacional.

Na década de 1940, o escopo dos estudos de usuários ampliou-se para incluir a relação entre cientistas e fontes de informação, em resposta às crescentes demandas por informações científicas durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Nessa fase, consoante Figueiredo (2018), as investigações concentraram-se no uso da informação por pesquisadores, destacando as dificuldades em mensurar efetivamente as necessidades dos usuários e o impacto dessas necessidades nos sistemas de informação.

A partir dos anos 1980, uma transformação significativa ocorreu, com a introdução de modelos de comportamento informacional que levaram em consideração não apenas o uso dos sistemas de informação, como também aspectos psicológicos e sociais envolvidos na busca e no uso da informação. Rocha (2015) destaca que T. D. Wilson foi um dos pioneiros nesse campo, ao propor modelos que reconheciam as dimensões cognitivas e emocionais dos usuários durante o processo de busca informacional. Esses modelos marcaram uma transição

importante, visto que incorporaram abordagens mais holísticas e interdisciplinares nos estudos de usuários.

Galvão e Cunha (2007) abordam sobre a evolução dos estudos de usuários e destacam que inicialmente predominaram os estudos quantitativos, entre as décadas de 1960 e 1980, em seguida, a partir da década de 1990, deu-se ênfase a estudos qualitativos. Além disso, os autores ressaltam que os métodos de coleta de dados mais utilizados são: questionário, entrevista, observação e análise de conteúdo.

Pinheiro e Dias (2023) tratam sobre a evolução dos estudos de usuários e relatam que, a partir da década de 70, a abordagem tradicional foi gradativamente perdendo espaço para uma nova abordagem. Essa nova abordagem, denominada como alternativa, “seguiu uma tendência de teorias relacionadas à satisfação do usuário no âmbito informacional, priorizando aspectos socioculturais, comportamentais, holísticos e cognitivos” (Pinheiro e Dias, 2023, p. 3).

Além de discorrer acerca da abordagem alternativa, Pinheiro e Dias (2023) vão além e tratam sobre UX (*User Experience* ou Experiência do Usuário), que é considerada uma evolução dos estudos de usabilidade e das abordagens alternativas nos estudos de usuário. A literatura indica que os estudos de usuários passaram a focar mais no usuário, ao invés de priorizar sistemas, incorporando aspectos cognitivos e emocionais que afetam processos de busca e uso da informação. Atualmente, a UX está relacionada a um conhecimento mais profundo sobre as necessidades dos usuários, suas preferências, habilidades e limitações.

Quanto aos métodos de coleta de dados utilizados nos estudos de usuários, Pinho e Barbosa (2011) ressaltam que o questionário é o método mais adotado, seguido pela entrevista e pelo *sense-making* (refere-se a análise dos processos pelos quais os usuários atribuem sentido às informações que utilizam). Os autores explicitam como vantagens de utilizar o questionário: o anonimato dos respondentes, maior alcance e a possibilidade de entregar a várias pessoas concomitantemente.

De acordo com Rodrigues e Cardoso (2017), os estudos de usuários são realizados com objetivos imediatos, buscando corrigir falhas ou melhorar práticas institucionais, com o propósito de validar ou legitimar os serviços prestados, ou as funções executadas. As autoras destacam que nas pesquisas predominam a biblioteca universitária e há baixa diversidade de métodos e técnicas empregados, prevalecendo questionários e entrevistas. Além disso, o

principal objetivo, na maioria dos estudos, é identificar as necessidades de informação dos usuários.

Estudos como os de Pinho e Barbosa (2011), Rocha (2015), Geraldo e Pinto (2019), enfatizam a importância de considerar as necessidades específicas de grupos de usuários especializados. A pesquisa de Rocha com assessores de ministros do Supremo Tribunal Federal exemplifica essa abordagem ao analisar como esses profissionais utilizam serviços informacionais, como bibliotecas jurídicas, para atender às suas necessidades de informação.

O trabalho de Pinho e Barbosa (2011), realizado com usuários da biblioteca da Procuradoria Regional da República da 5ª Região, demonstra que os usuários da informação jurídica desta unidade são exigentes e específicos, realizam pesquisas prévias antes de ir à biblioteca e possuem necessidades informacionais com alto grau de dificuldade. Além disso, destacam que as atualizações jurídicas, que se iniciam na legislação, mas também contemplam alterações na doutrina e na jurisprudência, são o principal desafio das bibliotecas especializadas em informações jurídicas.

Nesse aspecto, Miranda e Ângelo (2020) concordam com Pinho e Barbosa (2011) de que o maior desafio das bibliotecas jurídicas é compreender as necessidades informacionais de seus usuários diante das constantes atualizações, revogações e novos entendimentos jurisprudenciais.

Outro aspecto relevante é a satisfação dos sujeitos informacionais, a pesquisa de Miranda, Ângelo e Gallotti (2021) abordou o Programa Biblioteca Jurídica (PBJ) da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte e realizou um estudo de usuários para avaliar a satisfação dos magistrados com esse programa. Os resultados revelaram que os magistrados avaliam o PBJ de forma satisfatória, especialmente em relação à aquisição de materiais e à divulgação do programa.

No entanto, segundo Miranda, Ângelo e Gallotti (2021), os participantes da pesquisa criticaram os prazos de entrega e o meio de entrega, especialmente nas unidades do interior, nas quais predominam o acesso remoto a informações, sendo que há preferência por livros físicos. Apesar dessa insatisfação, os autores destacaram vantagens do acesso remoto a informações: evita deslocamentos à sede da biblioteca, possibilita a disponibilização de informações atualizadas com rapidez e amplia o número de usuários.

A necessidade de manter o acervo atualizado também foi apontada no trabalho de Campos, Silva e Pinto (2015), que realizaram pesquisa de satisfação de usuários da biblioteca

da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, localizada em Santa Catarina. A partir do questionário aplicado e da análise das respostas, verificaram que os principais pontos de melhoria são a atualização do acervo, o aumento do período de empréstimo e a disponibilização de empréstimo para usuários externos.

A atualização do acervo também foi apontada no trabalho de Silva (2019), que, ao pesquisar a satisfação de usuários da biblioteca da Faculdade de Direito da UFMG, verificou que a maioria dos usuários está satisfeito com os serviços oferecidos pela biblioteca, no entanto, os respondentes sugeriram melhorias, principalmente quanto à atualização do acervo. Silva (2019) também destacou a necessidade de realização de estudos de usuários periodicamente, tendo em vista que o público e as necessidades informacionais são dinâmicos, modificam-se constantemente.

Outro aspecto relevante, constado por Geraldo e Pinto (2019), ao pesquisarem profissionais da área do Direito, é o nível de especificidade da informação jurídica, que constitui fator crucial e de grande relevância, na prática, profissional. Segundo as pessoas autoras, a confiabilidade das fontes de informação jurídica, está associada à apresentação de autoria e/ou autoridade. No que diz respeito à precisão da informação, os autores destacam que está diretamente relacionada à consistência dos dados fornecidos.

A especificidade da informação jurídica também foi abordada na pesquisa desenvolvida por Andrade e Neves (2014), no âmbito da Justiça Federal no Estado da Paraíba (JFPB). O estudo revelou que tanto os (as) servidores (as) da instituição quanto os (as) jurisdicionados (as), pessoas que têm processos no tribunal, enfrentam barreiras no acesso à informação jurídica devido à complexidade da organização documental. A representação e a linguagem da informação processual muitas vezes dificultam a recuperação eficiente dos documentos, tanto no formato físico quanto no sistema de recuperação da informação SRI Tebas, utilizado no Tribunal.

No estudo, Andrade e Neves (2014) categorizaram os (as) usuários (as) em dois grupos principais: internos (servidores da JFPB) e externos (jurisdicionados). Ambos utilizam o Arquivo para buscar informações processuais, mas com diferentes necessidades e graus de familiaridade com o sistema. Enquanto os (as) usuários (as) internos (as) têm uma compreensão maior dos processos, enfrentam desafios no uso do sistema de recuperação de informação devido à falta de uniformidade na alimentação de dados. Os (as) usuários (as)

externos (as), por outro lado, frequentemente dependem do suporte institucional para acessar as informações, pois não dominam a linguagem jurídica utilizada no sistema.

Diante das diferentes necessidades dos usuários, Andrade e Neves (2014) constataram que a representação da informação no arquivo judicial precisa ser aprimorada, para tanto, sugerem o uso de vocabulários controlados, como tesouros, para melhorar a clareza e a acessibilidade da informação processual.

No tocante aos desafios e às limitações, os estudos de usuários também são amplamente discutidos. Figueiredo (2018) aponta que, embora muitos estudos se concentrem na quantificação do uso das bibliotecas e na identificação de padrões de comportamento, ainda há uma lacuna significativa no entendimento das motivações e barreiras enfrentadas pelos (as) usuários (as). Ademais, o autor destaca que existe uma crescente necessidade de integrar os não-usuários nas pesquisas, já que grande parte dos estudos foca apenas nas pessoas que utilizam regularmente os sistemas de informação.

Um ponto central na literatura recente é a crítica ao uso do termo “usuário” de maneira reducionista, o qual é considerado inadequado para capturar a complexidade das interações dos indivíduos com os sistemas de informação. Nesse diapasão, Tanus, Berti e Rocha (2022) sugerem a substituição do termo “usuário” por “sujeito informacional”, que reconhece os indivíduos como atores sociais ativos nas práticas informacionais, integrando suas experiências e contextos culturais. Considera-se que a expressão “sujeito informacional” é mais adequada, visto que reflete a transição dos tradicionais estudos de usuários para a análise das práticas informacionais, que enfatizam a compreensão das interações sociais e culturais no uso da informação.

A biblioteca do futuro considerará essa abordagem social e, consoante Gusmão et al. (2017), englobará aspectos tradicionais com a flexibilidade necessária para se adaptar às mudanças, incorporando novos serviços e espaços. O bibliotecário precisará se ajustar a esse cenário, desempenhando múltiplos papéis e estando atento às necessidades dos usuários. Embora os documentos digitais estejam presentes na biblioteca, não serão os predominantes, pois haverá diversos formatos disponíveis. Segundo os pesquisadores, um dos maiores desafios das bibliotecas universitárias do futuro será se tornar um ambiente de convivência social.

Por fim, ressalta-se que a literatura sobre estudos de usuários evoluiu de uma abordagem técnica e funcionalista para uma visão mais integrativa e crítica, que reconhece a

complexidade das interações humanas com a informação. As abordagens contemporâneas destacam a necessidade de incorporar dimensões sociais, culturais e emocionais, promovendo uma compreensão mais ampla e profunda das práticas informacionais.

## 5 RESULTADOS

Para investigar as preferências de sujeitos informacionais de bibliotecas universitárias jurídicas, optou-se pela aplicação de questionário<sup>3</sup>, via *Google Forms*. Antes de disponibilizar o questionário para os possíveis respondentes, foi realizado pré-teste com dois participantes, com intuito de averiguar o acesso ao questionário e a clareza das perguntas formuladas. Após o pré-teste, uma pergunta foi modificada, assim como o título do questionário.

O questionário é composto por treze perguntas, é dividido em Bloco A e B. O Bloco A possui seis perguntas, referentes ao sujeito informacional para identificar características sociodemográficas. Já o Bloco B, com sete perguntas, visa mensurar as preferências dos sujeitos informacionais que utilizam bibliotecas universitárias jurídicas, sendo que a última pergunta é aberta.

O link para acesso ao questionário foi encaminhado em três grupos de estudantes de Direito de faculdades particulares e um grupo de estudantes de Direito da UFG, todas as instituições estão localizadas no município de Goiânia. Optou-se pelo envio via WhatsApp para alcançar mais pessoas, sem a necessidade de ter informações prévias dos possíveis participantes da pesquisa, como o e-mail, por exemplo. O questionário contou com 23 respostas, as quais serão analisadas a seguir.

### **Análise das respostas obtidas para cada pergunta:**

A aplicação de questionário a sujeitos informacionais de bibliotecas universitárias jurídicas trouxe *insights* valiosos sobre o perfil dos usuários e suas preferências.

Primeiramente, será abordado o bloco A do questionário, composto por questões referentes ao perfil socioeconômico e acadêmico dos respondentes. Quanto à identidade de gênero, as respostas indicam a diversidade entre os participantes. A maioria se identificou como homens cisgênero<sup>4</sup> (13), seguidos por mulheres cis (7). Também houve a presença de

---

<sup>3</sup> O modelo do questionário está disponível no Apêndice A.

<sup>4</sup> Cisgênero é o indivíduo que se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu.

homem transgênero (1) e mulheres trans (2), refletindo variedade nas identidades de gênero do público pesquisado.

No quesito faixa etária, a maioria dos respondentes está na faixa de 17 a 25 anos (10 participantes), seguida pela faixa de 26 a 35 anos (9 participantes). Apenas 4 participantes estão na faixa de 36 a 45 anos.

Quanto a cor/raça, os participantes se identificaram predominantemente como brancos (11 participantes), seguidos por pardos (8 participantes) e pretos (3 participantes). Apenas 1 participante se identificou como amarelo. Esses dados refletem a distribuição racial/étnica dos sujeitos informacionais dentro do contexto específico da pesquisa.

A maioria dos participantes se declararam estudantes (19), apenas quatro participantes informaram que já são formados. No que se refere ao curso de graduação cursado, vinte (20) participantes indicaram o curso de Direito, o que já era esperado, visto que o questionário foi divulgado em grupos de *WhatsApp* de estudantes desse curso específico. Houve a indicação de outros cursos também: Administração (1), Biblioteconomia (1) e Ciências Contábeis (1). Infere-se, portanto, que o link do questionário foi encaminhado para estudantes de outros cursos, o que contribuiu para a pesquisa, visto que estes estudantes responderam que utilizam a biblioteca universitária para estudar para concursos.

Os respondentes da pesquisa cursam diferentes períodos da graduação, sendo que dez (10) respondentes cursam entre o 1º e o 5º período, sete (7) respondentes indicaram cursar entre o 6º e o 10º período, quatro (4) informaram que já são formados e dois (2) indicaram que cursam disciplinas de vários períodos. Assim, com base nesses dados, percebe-se que a pesquisa contou com representantes tanto dos primeiros anos de graduação até alunos mais avançados.

A partir das respostas às perguntas referentes ao perfil socioeconômico e acadêmico, verifica-se que o público pesquisado é predominantemente composto por estudantes do curso de Direito, de vários períodos da graduação, com a maioria se identificando como homens cis, seguidos por mulheres cis. A faixa etária mais representativa é a de 17 a 25 anos; quanto à cor/raça, houve predominância de participantes que se identificaram como brancos e pardos.

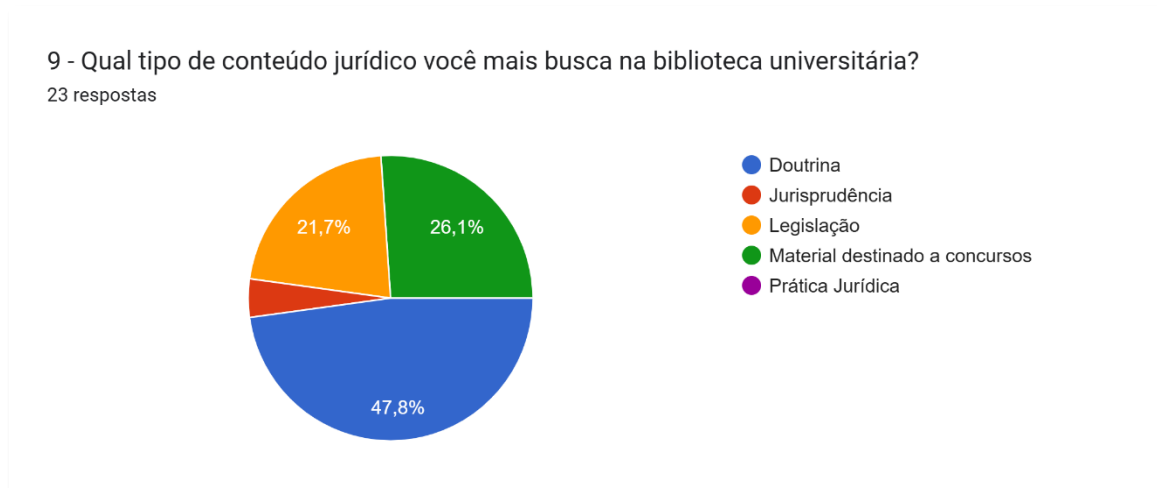
No que se refere ao bloco B do questionário, composto por perguntas direcionadas ao uso da biblioteca e ao material buscado, destaca-se que a maioria dos participantes (15) indicou que utiliza a biblioteca universitária da instituição de ensino superior que estuda para

buscar conteúdo jurídico; em seguida, sete (7) participantes indicaram que utilizam a biblioteca universitária de outra instituição de ensino superior. Por fim, apenas um respondente afirmou não utilizar a biblioteca universitária para buscar conteúdo jurídico.

Com base nesses dados, constata-se que a maioria dos participantes utiliza as bibliotecas universitárias para buscar conteúdo jurídico, o que evidencia a relevância dessas bibliotecas no cotidiano acadêmico. Essa constatação está em consonância com os estudos de Gusmão et al. (2017) e Silva (2019), além de reforçar o papel crucial das bibliotecas como fontes de acesso ao conhecimento, apesar do crescente uso de recursos digitais, considerando o contexto global.

Quanto ao tipo de conteúdo jurídico mais buscado, gráfico 1, os resultados indicam que quase a metade dos respondentes buscam por doutrina; seguido por material destinado a concurso, legislação e jurisprudência. Os tipos de conteúdo mais buscados condizem com a especificidade da informação jurídica, abordada por Geraldo e Pinto (2019); os autores ressaltam que a utilidade da informação jurídica está diretamente relacionada com o seu nível de especificidade.

**Gráfico 1 – Conteúdo jurídico mais buscado**



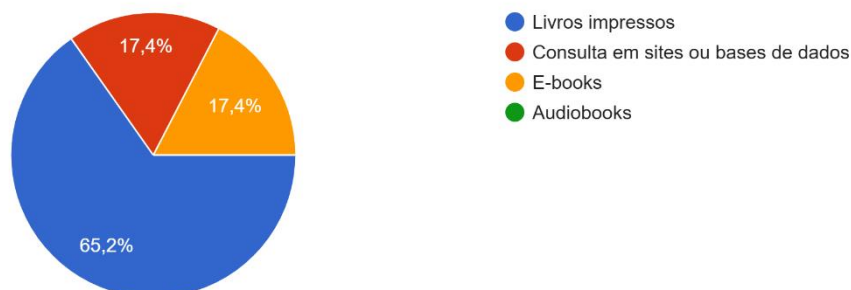
Fonte: *Google Forms* (2025).

Outro ponto relevante refere-se às preferências de materiais, conforme o gráfico 2, ficou claro que os livros impressos são os mais utilizados pelos participantes, seguidos por consulta em sites e bases de dados. Esses resultados indicam a importância do formato físico para o uso acadêmico, mas também demonstram o uso de fontes digitais, especialmente para acessar legislação e jurisprudência atualizadas, além de artigos.

**Gráfico 2 – Formato de material preferido**

10 - Marque o formato de material que você prefere:

23 respostas



Fonte: *Google Forms* (2025).

A análise das preferências quanto aos formatos de materiais, revelou que a maioria dos participantes ainda prefere o formato impresso, especialmente os livros. No entanto, foi possível observar a utilização também de *e-books* e consultas em sites e bases de dados, sugerindo que as bibliotecas precisam oferecer diversos tipos de recursos, físicos e digitais, visando atender às demandas de diferentes usuários, em consonância com os estudos de Pinho e Barbosa (2011), Gusmão et al. (2017) e Miranda e Ângelo (2020).

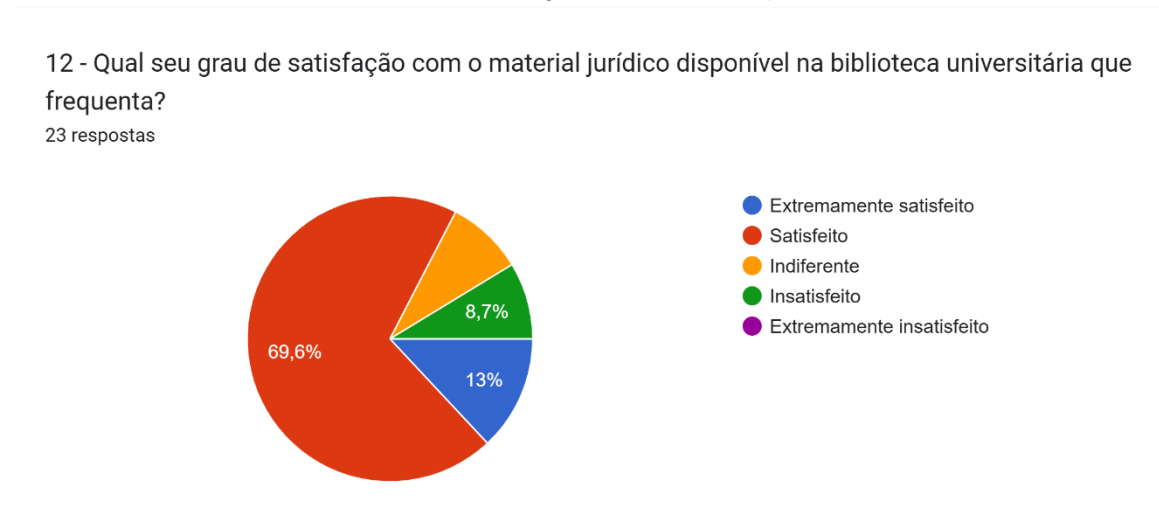
Verificou-se que a principal finalidade de uso dos materiais buscados pelos participantes é acadêmica (65,2%), o que é esperado, já que a maioria dos respondentes são estudantes universitários. Essa finalidade reflete a busca por fontes para aprofundamento teórico, realização de trabalhos acadêmicos e desenvolvimento de projetos de pesquisa. A segunda resposta mais indicada foi estudo para concursos (26,1%) e a última colocada foi para fins profissionais (8,7%).

No tocante à satisfação com os materiais disponíveis nas bibliotecas universitárias, as respostas foram mistas, conforme gráfico 3, com parte dos participantes expressando satisfação, enquanto outra parcela indicou insatisfação. Esses resultados sugerem que a maioria dos participantes tem acesso a materiais suficientes e estão satisfeitos com o conteúdo e os recursos oferecidos pela biblioteca que utilizam.

Por outro lado, mais de 20% dos participantes indicaram que estão insatisfeitos ou extremamente insatisfeitos o que demonstra que há espaço para melhorias tanto no acervo como nos serviços prestados pela biblioteca. Conforme destacaram Campos, Silva e Pinto (2015) e Miranda, Ângelo e Gallotti (2021), a satisfação do usuário é um indicador relevante

para direcionar o (a) bibliotecário (a), tanto na identificação de pontos de melhoria quanto na implementação de mudanças com o intuito de sanar deficiências e atender à demanda dos sujeitos informacionais.

**Gráfico 3 – Satisfação com o material jurídico**



Fonte: *Google Forms* (2025).

Ao fim do questionário, tinha uma pergunta aberta, para o participante acrescentar alguma informação. Apenas um participante adicionou informação extra, referente à forma como utiliza o *Vade Mecum*.

Em síntese, os resultados indicam que as bibliotecas universitárias jurídicas continuam sendo fontes de acesso ao conhecimento jurídico, mas precisam se adaptar às novas demandas dos estudantes. A oferta de mais recursos digitais, conforme apontado por Gusmão et al. (2017), é caminho necessário para garantir que essas bibliotecas permaneçam como centros de pesquisa de alta qualidade. Além disso, a melhoria na qualidade do material disponível, especialmente no que se refere à atualização e à variedade, é crucial para atender adequadamente às necessidades dos sujeitos informacionais que frequentam essas bibliotecas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo geral a análise do perfil de sujeitos informacionais de bibliotecas universitárias jurídicas, com foco em suas características socioeconômicas e acadêmicas, a fim de identificar como essas bibliotecas podem entender as necessidades dos

usuários e aprimorar seus serviços. Além do objetivo principal, buscou-se identificar e analisar as preferências dos sujeitos informacionais quanto ao tipo de conteúdo, tipo de material, forma e finalidade de uso.

A pesquisa revelou que, apesar das transformações tecnológicas e do crescente uso de recursos digitais, os usuários ainda preferem acessar a informação jurídica no formato impresso, principalmente livros, embora também utilizem plataformas digitais para consulta à legislação e para busca de artigos.

Os resultados indicam que as bibliotecas universitárias jurídicas continuam desempenhando um papel crucial no apoio à pesquisa acadêmica e ao aprofundamento teórico dos alunos. No entanto, há necessidade de adaptação para atender à crescente demanda por fontes digitais atualizadas, garantindo uma experiência mais ágil e assertiva no processo de busca e recuperação de informações.

Além disso, a satisfação dos sujeitos informacionais foi, em grande parte, positiva, embora haja espaço para melhorias, principalmente no que se refere à atualização do acervo e à diversificação dos materiais disponíveis. A pesquisa apontou que, embora o uso de recursos digitais esteja em ascensão, os livros impressos continuam sendo o meio preferido dos usuários para o estudo acadêmico, especialmente livros de doutrina.

Essa pesquisa contribuiu para o campo da Biblioteconomia ao fornecer dados relevantes sobre as necessidades dos sujeitos informacionais em bibliotecas jurídicas universitárias. No entanto, existem limitações, como o tamanho da amostra, que pode não refletir de maneira representativa a totalidade dos usuários dessas bibliotecas.

Para estudos futuros, sugere-se a ampliação do quantitativo de usuários participantes da pesquisa, além de exploração de forma mais aprofundada das necessidades de usuários não acadêmicos, como, por exemplo, os (as) profissionais do Direito que utilizam essas bibliotecas. Ademais, é relevante utilizar outro método de pesquisa além do questionário, como a realização de entrevistas com bibliotecários (as) que atuam nas bibliotecas jurídicas universitárias.

Por fim, destaca-se que para as bibliotecas jurídicas universitárias continuarem a ser relevantes para os estudantes de Direito, é fundamental equilibrarem os recursos tradicionais com os novos formatos digitais, assegurando uma experiência mais acessível, dinâmica e alinhada às necessidades de informação dos alunos.

## Apêndice A

# Usuários de bibliotecas universitárias jurídicas

\* Indica uma pergunta obrigatória



### 1. **BLOCO A** \*

Indique sua identidade de gênero:

*Marcar apenas uma oval.*

- Mulher (cis) -se identifica psicologicamente e socialmente com o sexo biológico de seu nascimento
- Mulher (trans) -se reconhece psicologicamente e socialmente com o gênero oposto de sexo biológico de seu nascimento
- Homem (cis) -se identifica psicologicamente e socialmente com o sexo biológico de seu nascimento
- Homem (trans) -se reconhece psicologicamente e socialmente com o gênero oposto de sexo biológico de seu nascimento
- Gênero não-binário - identidade de gênero que não se define em um só e não se enquadra nas identidades de gênero anteriores
- Prefiro não opinar

### 2. Qual é sua faixa etária? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- de 17 a 25 anos
- de 26 a 35 anos
- de 36 a 45 anos
- Acima de 46 anos

3. Indique sua cor/raça conforme os critérios do IBGE (A pesquisa do IBGE baseia-se na autodeclaração. Ou seja, as pessoas são perguntadas sobre sua cor/raça de acordo com as opções: preto, pardo, branco, amarelo e indígena). \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Preto
- Pardo
- Branco
- Amarelo
- Indígena

4. Você é estudante?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

5. Indique qual seu curso de graduação \*

---

6. Qual período você cursa atualmente? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- 1º Período
- 2º Período
- 3º Período
- 4º Período
- 5º Período
- 6º Período
- 7º Período
- 8º Período
- 9º Período
- 10º Período
- Desbloqueado (cursa disciplina de vários períodos)
- Já formado

7. **BLOCO B**

\*

Você utiliza biblioteca universitária para buscar conteúdo jurídico?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, da instituição de ensino superior em que estudo.
- Sim, de outra instituição de ensino superior.
- Não utilizo.

8. Qual tipo de material você mais utiliza?

*Marcar apenas uma oval.*

- Livro
- Dissertação
- Tese
- Monografia
- Cartilha
- Artigo
- Outro: \_\_\_\_\_

9. Qual tipo de conteúdo jurídico você mais busca na biblioteca universitária?

*Marcar apenas uma oval.*

- Doutrina
- Jurisprudência
- Legislação
- Material destinado a concursos
- Prática Jurídica
- Outro: \_\_\_\_\_

10. Marque o formato de material que você prefere:

*Marcar apenas uma oval.*

- Livros impressos
- Consulta em sites ou bases de dados
- E-books
- Audiobooks
- Outro: \_\_\_\_\_

11. Indique a finalidade de uso dos materiais buscados:

*Marcar apenas uma oval.*

- Fins acadêmicos
- Fins profissionais
- Estudo para concursos
- Outro: \_\_\_\_\_

12. Qual seu grau de satisfação com o material jurídico disponível na biblioteca universitária que frequenta?

*Marcar apenas uma oval.*

- Extremamente satisfeito
- Satisfeito
- Indiferente
- Insatisfeito
- Extremamente insatisfeito

13. Você gostaria de acrescentar alguma informação?

---

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, W. O.; NEVES, D. A. B. Organização da informação jurídica: o arquivo da Justiça Federal da Paraíba (JFPB), usos e usuários. In: **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 15, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/186018>. Acesso em: 24 ago. 2024.

CAMPOS, C. O. D.; SILVA, E.Q.; PINTO, M. D. S. A satisfação de usuários da informação jurídica: estudo na biblioteca da OAB/SC. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 20, p. 200-217, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/37901>. Acesso em 18 jan. 2025.

FIGUEIREDO, N. M. Aspectos especiais de estudos de usuários. **Ciência da informação**, v. 47, n. 1, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/111718>. Acesso em: 10 set. 2024.

GALVÃO, S. B.; CUNHA, M. B. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 12, p. 168-184, 2007  
Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/32315>. Acesso em: 22 jan. 2025.

GUSMÃO, A. R. et al. Biblioteca Universitária do Futuro: percepção dos usuários da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v.7, n.2, dez. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/81260>. Acesso em: 22 jan. 2025.

GERALDO, G.; PINTO, M. D. S. Estudo de usuários de informação jurídica: bibliotecário e critérios de qualidade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/112223>. Acesso em: 18 dez. 2024.

MIRANDA, A. C. C; GALLOTTI, M. M. C; MIRANDA, E. S; A Gestão da Qualidade como estratégia de suporte para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.14, n.2, p. 262-278, mai/ago 2016. Campinas, SP. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8643771>. Acesso em 18 jan. 2024.

MIRANDA, A. C. C. Biblioteca jurídica: uma reflexão acerca da gestão do acervo. **Folha de Rosto**, v. 3, n. 1, p. 41-55, jan/jun 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/185>. Acesso em 15 jan. 2024.

MIRANDA, A. C. C.; ÂNGELO, M. D. Satisfação de usuários da informação jurídica: estudo na biblioteca da escola da magistratura do Rio Grande do Norte. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 5, n. 2, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/150452>. Acesso em 23 jan. 2025.

MIRANDA, A. C. C; ÂNGELO, M. D; GALLOTTI, M. M. C. Programa biblioteca jurídica da escola da magistratura do Rio Grande do Norte. **Bibliocanto**, v. 7, n. 1, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/165848>. Acesso em 23 jan. 2025.

OLIVEIRA, Anastácia. (2020). Particularidades do desenvolvimento de coleções jurídicas. **Cadernos de Informação Jurídica** (Cajur), 7(1), p.136–156. Disponível em: <https://cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/260>. Acesso em 28 jan. 2024.

PINHEIRO, G. S. S.; DIAS, C. C. Técnicas e métodos de pesquisa de experiência do usuário (UX) para avaliação de estudo de usuários da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 13, n. 2, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/324139>. Acesso em: 22 jan. 2025.

PINHO, F. A.; BARBOSA, A. M. S. Os usuários da informação jurídica. *Biblios* (Peru), v., n. 44, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/62544>. Acesso em: 22 jan. 2025.

REZENDE, A. P. de; MACHADO, V. M. Centro de informação jurídica eletrônico e virtual. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 29, n. 1, 2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/899>. Acesso em: 4 fev. 2024.

ROCHA, L. V. Análise da busca, uso e avaliação dos serviços da biblioteca pelos assessores de ministros do Supremo Tribunal Federal em relação as suas necessidades de informação jurídica. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 8 No 2, n. 2, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/74589>. Acesso em: 24 ago. 2024.

RODRIGUES, V. L.; CARDOSO, A. M. P. O campo de estudos de usuários na ciência da informação brasileira: uma revisão sistemática da literatura. **Em Questão**, v. 23, n. 2, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/88327>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SILVA, J. L. Estudo de usuários da biblioteca professor Lydio Bandeira de Mello da Faculdade de Direito da UFMG: parte quantitativa. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 33, n. 1, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/137549>. Acesso em: 22 jan. 2025.

TANUS, G. F. S. C.; BERTI, I. C. L. W.; ROCHA, J. A. P. Em cena os usuários e os sujeitos informacionais: um olhar para os estudos de usuários e para as práticas informacionais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, n., 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/212015>. Acesso em: 10 set. 2024.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao professor Dr. Erinaldo Dias Valério por todo apoio e cuidado com que conduziu os momentos de orientação deste trabalho.